



FORMAÇÃO CURRICULAR: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E OS DESAFIOS DOCENTES PARA A INOVAÇÃO E O RESPEITO ÀS DIVERSIDADES

JÉSSICA MUNIZ BRAGA; MARIÂNGELA CAMBA

RESUMO

As premissas que coadunam a formação continuada docente – especialmente no chamado pós pandemia – se configuram em disparidade com as necessidades reais que observamos no espaço escolar posta a abrangente precariedade deflagrada em nossas dimensões continentais Brasil afora. Ainda é fator de atenção as implementações curriculares e suas especificidades no tocante as readequações cabíveis nos mais distintos cenários educativos, especialmente no âmbito da Ed. Básica e suas disposições regionais, os sistemas de ensino tem buscado por meio de levantamentos e ações diretivas uma espécie de recomposição das práticas no sentido de contemplar o quantitativo escolar com tempos de reflexão coletiva docente valendo-se das tecnologias de inovação e as pautas sobre a relevância das escutas, do acolhimento e do respeito às diversidades cada vez mais em voga em nossa sociedade plural. As concepções sobre o currículo e as vertentes que se estabelecem por intermédio das políticas educacionais em nosso país, denotam fragilidades que circundam a práxis docente, didáticas são subestimadas pela sociedade de modo visceral na Educação. Nesse sentido, é crucial refletir acerca das práticas de Multiletramentos que norteiam a esfera educativa considerando os pressupostos no eixo dos anos iniciais no que concerne a organização curricular bem como as inserções delineadas no chão da escola. De que forma os recursos se consolidam em aprendizagem real e significativa aos discentes na contemporaneidade cultural cada vez mais abrangente e de forma tão paradoxal ainda excludente. Esse diálogo evoca as interações e os questionamentos para que haja maior espaço formativo e investimentos no respeito às garantias constitucionais voltadas as diversidades que nos configuram enquanto nação.

Palavras-chave: currículo; ensino híbrido; metodologias ativas; multiculturalismo; práxis formativa;

1 INTRODUÇÃO

Diante das urgências para aplacar as desigualdades e minimizar defasagens que crescem e tornam-se para muitos – docentes x discentes, verdadeiros abismos sociais, estimam-se maiores investimentos e destinações para suplantarmos agruras históricas da esfera pública nas quais o apreço pela humanidade e a consequente ampliação de sua própria história sejam enfim marcados pela esperança e por novos enunciados, que tragam bons prenúncios na Educação e na consolidação do respeito a diversidade que nos caracteriza numa égide intelectual que possa unir acesso ao uso das tecnologias com a decoloniade cabível para transgredir e transformar currículos, práticas, contextos e realidades em nossa Educação.

Contudo, nota-se que tais esforços ainda são tidos como ínfimos se pensarmos no efetivo contingente que normatiza tais regulamentações – cito as políticas que priorizem aportes para esse respaldar pedagógico (acessibilidade em rede, recursos e materiais adaptados para as NEE, verbas complementares destinadas a este fim...); o patamar geral formativo ainda se enquadra

como inferior as perspectivas na marcha para maior equidade na Educação! Será de fato este um bom caminho para todos?!

Arroyo (2011) salienta que:

É preciso manter com profissionalismo e ética os embates nesses territórios do conhecimento por novas políticas de currículo, de avaliação, de valorização, atreladas a outros projetos de sociedade, de ser humano, de vida, da justiça e dignidade humana. (ARROYO, 2011, p.38).

Na contrapartida de nossa visão mais equânime, a recente resolução do Conselho Nacional de Educação, CNE – “*Diretrizes gerais nacionais para a aprendizagem híbrida*”, publicada em novembro último, destoa de nossas concepções quando abarca sinteticamente interesses que perpetuam mediante aparente discursiva sociológica positivista, o reforço de mazelas que ampliam proposições orquestradas para viabilizar a manutenção intencional de uma cultura segregada, ou seja, que desconsidera nossa miscigenação e principalmente, que nega e salienta no verbo e nas ações; vertentes estruturadas para privatizações de serviços – agravando e impossibilitando rupturas no sentido da construção de uma sociedade que respeita as multiculturalidades e seus preceitos, de acordo com Arendt (2007):

Respostas são dadas diariamente no âmbito da política prática, sujeitas ao acordo de muitos; jamais poderiam se basear em considerações teóricas ou de uma só pessoa (...) a imprudência temerária (...) parece ser uma das principais características de nosso tempo”. (ARENDT, 2007, p.13).

O documento deixa “implícito” (não traz em seu bojo referência aos processos inclusivos...), a quem de fato cabe os ordenamentos educativos e suas disposições que normatizadas, tornam-se o cumpra-se sem dialogar com o quórum docente ou social – apenas se traduz como representatividade coletiva!

“O destino da humanidade é desconhecido, mas sabemos que o processo de existir modifica-se.”

(Edgar Morin).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

As pesquisas que correlacionam o currículo, suas disposições e fomentos conforme a Base Nacional bem como as perspectivas locais que compreendem as especificidades de cada cenário educativo, incidem na contextualização das complexidades no que diz respeito às diversidades – cada vez mais evidenciadas e postas em voga quando do planejamento de ensino, outrossim, as análises desse estudo ancoram-se na observação do cotidiano escolar atrelado as inferências docentes que partilharam de formações em horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC’S), além das reflexões acerca dos resultados oriundos das práticas de Multiletramentos e a interdisciplinaridade que estruturam o projeto político pedagógico do sistema municipal de ensino do município de Santos / SP.

Os referenciais são importante instrumento reflexivo para as “quebras de paradigmas” necessárias no íterim que legitima a equidade na Educação!

Nesse sentido, paulatinamente, os sujeitos buscam formas de reverberar concepções para contrapor estruturas da esfera institucional que nos diz quanto as prerrogativas que circundam *teoria versus prática* em nosso cotidiano educacional ainda são frágeis...

Todavia, ressalta-se a constância de tais formações junto aos docentes como aporte reflexivo e didático afim de contribuir para as recomposições de aprendizagens no cenário pós pandemia, isto é, consolidar práticas pedagógicas que sejam convergentes as necessidades de evolução intelectual de cada sujeito dadas as defasagens que se apresentam no ensino básico; sobretudo, criando novas possibilidades de um trabalho docente embasado no respeito as

pluralidades e com ênfase nas premissas de acolhimento das multiplicidades culturais e identitárias.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As narrativas governamentais paradoxalmente, tentam valer-se das mídias e veiculações de massa para ocultar articulações que favorecem interesses que não constituem os direitos públicos subjetivos expressos em nossa carta magna, fatalmente, Deleuze (1995) já nos alertava acerca da criticidade necessária na compreensão para as complexidades imbuídas pelo capitalismo na Educação, entre os impactos oriundos da globalização que seguem como marco (e embasam a intitulada 4ª revolução industrial) e referem postulações ambíguas para um ensino x aprendizagem verdadeiramente voltados às diversidades conjuntamente ao equalizar de oportunidades na construção e aquisição de conhecimentos – seja por parte de formadores ou dos sujeitos em formação; assim os paradigmas sociais seguem consonantes em descompasso sedimentando entraves que vão desde a desvalorização profissional (especialmente remuneratória docente...) até as falácias formativas que não atingem qualitativamente as potencialidades educacionais para uma educação plural calcada no respeito as múltiplas culturas; a responsividade educativa recaiu para a esfera social – famílias se viram absortas num cenário desigual que pregou e devotou a continuidade formativa legando aos mesmos obrigações as quais estes não possuíam mecanismos suficientes para exercer...

Proporcionalmente, docentes foram igualmente lançados na obscuridade sem condições mínimas e recorrendo aos recursos próprios para exercer dignamente seus planejamentos de ensino buscando, dessa forma, mitigar hiatos educacionais que foram ainda mais expressivos no período pandêmico.

“Não há conhecimento que não esteja ameaçado pelo erro e pela ilusão”.

(Edgar Morin).

4 CONCLUSÃO

A obsolescência programada dentro de nossa Educação refere ainda as dimensões excludentes que inviabilizam trâmites valorativos na formação e consequente melhoria educacional, à medida que os dispositivos legais reforçam este cenário desprovido de comprometimento real e oficializado!

Freire (2005) nos ensina que:

Não há também, diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens. (FREIRE,2005, p.52).

Outrossim, desenvolver a audácia necessária para que possamos combater agruras/jorros falaciosos que negam as pautas acerca das diversidades, sua relevância e estado de condições dentro das práticas curriculares e também de nossa sociedade, marcada por pluralismos ainda descaracterizados pela elite que a renega...

Terminologias, modismos, precarizações e entraves históricos, tudo resulta em evocarmos esforços para a transformação que precede alinhamentos e maior coletividade social e docente para dirimir as desqualificações dentro das formações em serviço, da elaboração dos currículos dentro dos sistemas de ensino e principalmente, na legitimidade dos princípios de equidade no ensino e aprendizagem de nossa Educação!

Que as discursividades possam torna-se a concretude ao “*desaprender o aprendido*” no sentido de emergir novos olhares, novos caminhos e possibilidades que sejam de fato, promissores dentro da ciranda de ensino x aprendizagem.

Nutrir a escola, as famílias, as comunidades, toda a Educação que vem sido sufocada por tantas mazelas, com a postura de transgredir para reencontrarmos o sentido, as vertentes que trarão os múltiplos saberes com autonomia para cada sujeito, diante das incertezas e toda a complexidade da qual tão bem nos fala Morin, a qual muitos carecem compreender antes que estejamos absortos na marcha para a perpetuação das desigualdades!

“A escola não pode desconhecer esta realidade que se aproxima com o novo milênio e, muito menos, caminhar em sentido oposto ao que ocorre do lado de fora dos seus muros”.
(Pretto).

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

Diretrizes gerais sobre a aprendizagem híbrida. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=227271-texto-referencia-educacao-hibrida&category_slug=novembro-2021-pdf&Itemid=30192

(Acesso em 20 maio de 2022).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MORIN, Edgar. **Ensinar a viver: manifesto para mudar a educação**. Trad. Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PRETTO, Nelson de Luca. **Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia**. 8. ed. rev. e atual. Salvador: UFBA, 2013.